



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO TRE-RO N. 14/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0000197-68.2015.6.22.8000 (PREGÃO ELETRÔNICO 29/2014)

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO TRE-RO N. 14/2014, FIRMADO COM A SOCIEDADE COMERCIAL OI S.A., REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA PROVER COMUNICAÇÃO DE DADOS ENTRE O TRE-RO E OS FÓRUMS ELEITORAIS SEDIADOS NO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA (FORNECIMENTO DE LINKS DEDICADOS DE COMUNICAÇÃO, BACKBONE SECUNDÁRIO).

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 1010832/TJ-RO e CPF 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, vem **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO TRE-RO N. 14/2104**, celebrado em 03/11/2014, firmado com a **SOCIEDADE COMERCIAL OI S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.535.764/0001-43, sediada na Rua do Lavradio, n. 71, 2º andar - Centro, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.230-070, e-mail: ps@oi.net.br, fones: (85) 3131-9152, 8826-0259, representada pelos seus procuradores, Senhor **PAULO SÉRGIO ALVES DE MORAES**, portador da Carteira de Identidade RG n. 17.061.796-8/SSP-SP, CPF n. 097.323.788-08 e e-mail: ps@oi.net.br, e o Senhor **CARLOS ALBERTO DA COSTA BARBOSA**, portador da RG n. 3041967, expedida pela SSP/DF, inscrito no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CPF n. 208.353.021-72, e-mail: carlos.costa.barbosa@oi.net.br, fones: (61) 3131-3177, 98491-6644, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em consonância com o disposto na Lei 8.666/1993, na Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO e no Despacho 64/2020/PRES/ASSPRES, de 06/04/2020 (evento [0519580](#)), assim como nos demais fundamentos externados no Processo Administrativo SEI [0000197-68.2015.6.22.8000](#) (eventos [0505355](#), [0506664](#), [0514757](#), [0518507](#)) e, ainda, mediante as Cláusulas a seguir:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo tem por finalidade RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato TRE-RO 14/2014 (evento [0001274](#)), em virtude do mesmo não ter mais utilidade e razão de existir, tendo em vista que foi firmada nova contratação para este objeto (evento [0484708](#)), consoante detalhado nos eventos supramencionados.

Subcláusula única – Registre-se que a empresa contratada foi regularmente notificada quanto à decisão do TRE-RO por rescindir o Contrato 14/2014 (evento [0001274](#)), conforme se verifica no evento [0514757](#), tendo deixado transcorrer *in albis* o prazo para resposta (eventos [0515354](#) e [0517718](#)).

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA – Este Termo de Rescisão Unilateral terá vigência a contar da assinatura deste instrumento.

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo de Rescisão Unilateral é celebrado com fundamento no art. 78, XII e art. 79, I, da Lei nº 8.666/1993, c/c Cláusula Nona, I, do Contrato originário, com o registro de que foi resguardado o Direito Constitucional de defesa disposto no Parágrafo único do Art. 78 da Lei 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente termo no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei 8.666/1993.

E por estar Justo e Decidido, depois de lido e achado conforme, o presente TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL foi assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do TRE-RO, por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

Porto Velho/RO, 17 de abril de 2020.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente do TRE-RO



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 24/04/2020, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 27/04/2020, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0525593** e o código CRC **D8716749**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 17/04/2020 15:49:19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 129/2020 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC

Senhora Diretora-Geral,

Trata-se da contratação da empresa OI S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, para prestar serviços de telecomunicação com fornecimento de internet através de *links* dedicados de comunicação – *backbone* secundário.

O prazo inicial do referido ajuste foi de 30 (trinta) meses, contados de 03/11/2014, de acordo com o Contrato n. 14/2014 ([0001274](#)), prorrogado pelo mesmo período, por meio do Termo Aditivo n. 02 (evento [0187695](#)), com data inicial em 03/05/2017 e final em 02/11/2019. E, devido a atraso na conclusão do certame licitatório para nova contratação deste serviço, o referido ajuste foi prorrogado excepcionalmente por mais 6 meses, contados a partir de 03/11/2019, consoante Termo Aditivo nº 4 ([0469199](#)).

Na Manifestação nº 1/2020 – PRES/DG/STIC/COSEIC ([0505355](#)), o gestor comunica que não há a mais a necessidade de manter o Contrato 14/2014, uma vez que a empresa vencedora do certame, GIGACOM DO BRASIL LTDA., já efetuou a substituição dos *links* de comunicação da Empresa Oi S.A.. Inclusive, foram Ordens de Serviços ([0505120](#)) à contratada para desabilitar os circuitos de comunicação instalados em vencaminhadasárias localidades e o concentrador disponível no Prédio Sede. Por fim, o gestor manifestou-se pela resolução do Contrato nº 14/2014 ([0505355](#)).

Por celeridade e com fundamento no [art. 50, § 1º, da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#), adoto, como parte integrante desta Manifestação, o Relatório do Parecer Jurídico AJDG ([0506664](#)), pela qual, em síntese, aquela unidade concluiu conforme transcrição a seguir:

III – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Diante do exposto, com fulcro nos fundamentos de fato e de direito já expostos, esta assessoria jurídica opina pela possibilidade de rescisão do **Contrato nº 14/2014**, firmado com a empresa **Oi S.A., CNPJ nº 76.535.764/0001-403**, considerando os termos do art. 78, XII e art. 79, I, da Lei nº 8.666/1993, resguardado os direitos do contratado previstos no § 2º do artigo 79 do diploma legal retro mencionado.

20. Alerta-se que, de acordo com o parágrafo único do art. 78 da Lei nº 8.666/93, é necessário proporcionar à contratada o contraditório e a ampla defesa (5º, LV, da CF) com sua notificação sobre pretendida rescisão.

21. É importante destacar que o presente parecer não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato de rescisão contratual, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fazendo um paralelo com as disposições da lei acerca do tema em apreço. Contudo, vem somar, no sentido de fornecer subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e a decisão pela rescisão.

Esse é necessário relatório.

Ante as razões apresentadas pela unidade técnica, bem assim das razões do Parecer Jurídico em questão, no qual me fundamento, **MANIFESTO-ME pela resolução do Contrato 14/2014 (0001274)**, em virtude do mesmo não ter mais utilidade e razão de existir.

Oportuno se torna dizer que a empresa contratada (Contrato 14/2014) foi regularmente notificada ([0514757](#)) tendo deixado transcorrer *in albis* o prazo para resposta.

À deliberação superior.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO**, Secretário(a) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, em 30/03/2020, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0518507** e o código CRC **0D49959D**.

0000197-68.2015.6.22.8000

0518507v6

Criado por 027152541651, versão 6 por 000368242356 em 30/03/2020 16:34:06.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000197-68.2015.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: RESCISÃO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 14/2014 -
Contratação de serviços de telecomunicação para fornecimento de internet
através de *links* dedicados – Backbone Secundário - Empresa OI S.A. –
MINUTA DE RESCISÃO UNILATERAL - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 65 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, efetivou-se a contratação da empresa OI S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, para prestar serviços de telecomunicação com fornecimento de internet através de *links* dedicados de comunicação – *backbone* secundário, conforme os dois itens a seguir:

a) ITEM 01 – Fornecimento de *links* dedicados de comunicação, com garantia de banda, sendo 01 (um) *link* concentrador, instalado na sede do TRE-RO, em Porto Velho, e de 08 (oito) *links* de comunicação, instalados nas sedes dos Fóruns Eleitorais, em municípios relacionados na Tabela 01 discriminada no item 02 do TR n. 004/2014



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0001232](#)) e na subcláusula primeira da cláusula primeira do Contrato n. 14/2014 ([0001274](#));

b) ITEM 02 – - Fornecimento de *links* dedicados de comunicação, com garantia de banda, sendo 01 (um) *link* concentrador, instalada na sede do TRE-RO, e de 14 (quatorze) *links* de comunicação, instalados nas sedes dos Fóruns Eleitorais, em municípios relacionados na tabela 02 discriminada no item 02 do TR n. 004/2014 ([0001232](#)) e na subcláusula primeira da cláusula primeira do Contrato n. 14/2014 ([0001274](#)).

02. O prazo inicial do referido ajuste foi de 30 (trinta) meses, contados de 03/11/2014, de acordo com o Contrato n. 14/2014 ([0001274](#)), prorrogado pelo mesmo período, por meio do Termo Aditivo n. 02 (evento [0187695](#)), com data inicial em 03/05/2017 e final em 02/11/2019. E, devido a atraso na conclusão do certame licitatório para nova contratação deste serviço, o referido ajuste foi prorrogado excepcionalmente por mais 6 meses, contados a partir de 03/11/2019, consoante Termo Aditivo nº 4 ([0469199](#)).

03. O Parecer Jurídico nº 29/2020 – PRES/DG/AJDG ([0506664](#)) analisou todo o contexto da rescisão contratual requerida pela unidade gestora da contratação - Coordenadoria de Segurança, infraestrutura e Comunicação - COSEIC, na Manifestação nº 1/2020 - PRES/DG/STIC/COSEIC e ao final opinou pela possibilidade de rescisão do **Contrato nº 14/2014**, firmado com a empresa **Oi S.A., CNPJ nº 76.535.764/0001-403**, considerando os termos do art. 78, XII e art. 79, I, da Lei nº 8.666/1993, resguardado os direitos do contratado previstos no § 2º do artigo 79 do diploma legal retro mencionado e, ainda, alertou para a necessidade de proporcionar à contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos do parágrafo único do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

04. A empresa **Oi S.A., CNPJ nº 76.535.764/0001-403** foi **devidamente notificada para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intenção da Administração em rescindir o contrato nº 14/2014** (eventos [0514757](#) e [0514796](#)). A contratada acusou o recebimento da Notificação Nº 2/2020 - PRES/DG/STIC/COSEIC ([0514757](#)), todavia manteve-se inerte em seu direito ao contraditório e a ampla defesa ([0515354](#)).

05. Dessa feita a unidade gestora COSEIC encaminhou os autos ao GABSAOFC para continuidade do procedimento administrativo de rescisão contratual, tendo em vista que não houve manifestação da Empresa OI S.A, em relação ao teor da Notificação 2 ([0514757](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. O Secretário da SAOFC deu ciência a Diretora Geral de que a empresa contratada (Contrato 14/2014) foi regularmente notificada ([0514757](#)) tendo deixado transcorrer *in albis* o prazo para resposta ([0518507](#)), na sequência os autos foram enviados pelo GABDG a COPRESI ([0519218](#)).

07. No Despacho nº 64/2020 – PRES/ASSPRES ([0519580](#)), a Diretora Geral e o Presidente do Tribunal, examinados os autos, foi determinada a remessa a SAOFC para a elaboração do instrumento de rescisão contratual.

08. Assim, os autos foram a SECONT para elaborar minuta de Termo de Rescisão Unilateral ([0523074](#)), a fim de registrar a determinação do Presidente, e após encaminhou os autos a esta Assessoria para análise da minuta de Termo de Rescisão Unilateral do Contrato 14/2014, consoante remessa contida no evento [0523185](#). **É o necessário relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. Todas as providências acerca da comunicação à empresa contratada, em tempo hábil, foram tomadas na intenção de garantir o contraditório e a ampla defesa (Notificação 2, evento [0514757](#)). Nesse aspecto, acerca da necessidade de ser ouvida a empresa contratada, veja-se o que acentua o Professor Marçal Justen Filho:

O contratado terá direito a ser ouvido, especialmente para defender seus interesses no tocante à apuração das perdas e danos. É necessário observar que o devido processo é obrigatório nos casos de rescisão unilateral do contrato.

10. Averigua-se nos autos que as garantias processuais de defesa foram garantidas, em verdade a contratada deixou transcorrer *in albis* o prazo concedido para sua defesa nos autos.

11. Desse modo, esta patente que a temática não apresenta maiores digressões, haja vista a legalidade da rescisão contratual pretendida, uma vez que se trata de manifesta e fundamentada expressão de preservação do interesse público, logo, inexistem razões para obstaculizar a rescisão contratual encampada

12. Nessa vertente, a promoção da rescisão unilateral manifestada e justificada nos autos se impôs como medida administrativa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que busca fundamento em razões de interesse público, devidamente fundamentada e comprovada nos autos, conforme análise da AJDG no Parecer Jurídico 20 ([0506664](#)).

13. Com relação à **Minuta do Termo de Rescisão** ([0523074](#)), não há nada a reparar sob o ponto de vista jurídico, uma vez que preenche os pressupostos contidos na Lei nº 8.666/93.

III – CONCLUSÃO

14. Diante do exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica da Diretoria Geral **APROVA** os termos da referida minuta ([0523074](#)), estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 16/04/2020, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0524924** e o código CRC **4E4F2D2E**.

0000197-68.2015.6.22.8000

0524924v7

Criado por 004891562321, versão 7 por 004891562321 em 16/04/2020 13:53:15.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000197-68.2015.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Rescisão do Contrato n. 14/2014 - serviços de telecomunicação com fornecimento de internet através de *links* dedicados de comunicação – *backbone* secundário

DESPACHO Nº 64 / 2020 - PRES/ASSPRES

Vistos.

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, efetivou-se a contratação da empresa OI S.A., por meio do Contrato nº 14/2014 ([0001274](#)), para prestar serviços de telecomunicação com fornecimento de internet através de *links* dedicados de comunicação – *backbone* secundário, com a finalidade de prover a comunicação de dados entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e os Cartórios Eleitorais do Interior do Estado.

Por meio da Manifestação n. 129/2020 ([0518507](#)), a SAOFC comunicou a esta Presidência **que não há a mais a necessidade de manter o Contrato 14/2014**, uma vez que a empresa vencedora do certame, GIGACOM DO BRASIL LTDA., **já efetuou a substituição dos *links* de comunicação da Empresa Oi S.A.**, inclusive havendo Ordens de Serviços ([0505120](#)) à contratada para desabilitar os circuitos de comunicação instalados.

Ante o exposto, remetam-se os autos à SAOFC para elaboração do instrumento de rescisão contratual e, após, retornem a esta Presidência para assinatura.

Porto Velho, 31 de março de 2020.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 03/04/2020, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 06/04/2020, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0519580** e o código CRC **3F5D00F1**.

0000197-68.2015.6.22.8000

0519580v3

Criado por 011004602364, versão 3 por 011004602364 em 01/04/2020 11:45:09.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Espécie: Extrato do Termo de Rescisão do Contrato TRE-RO 14/2014, cujo Termo foi assinado em 27/04/2020. Contratada: SOCIEDADE COMERCIAL OI S.A, CNPJ 76.535.764/0001-43. Objeto: RESCISÃO UNILATERAL do CONTRATO TRE-RO n. 14/2014, em virtude do mesmo não ter mais utilidade e razão de existir, tendo em vista que foi firmada nova contratação para o objeto do contrato. Fundamento legal: Art. 78, XII e art. 79, I, da Lei nº 8.666/1993, c/c Cláusula Nona, I, do Contrato originário, com o registro de que foi resguardado o Direito Constitucional de defesa disposto no Parágrafo único do Art. 78 da Lei 8.666/1993. Ato de Autorização da Rescisão: DESPACHO n. 64/2020 - PRES/ASSPRES, de 06/04/2020. Signatários: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do TRE-RO e LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI 0000197-68.2015.6.22.8000.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/04/2020, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0528615** e o código CRC **D04ED8D7**.

0000197-68.2015.6.22.8000

0528615v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 28/04/2020 11:16:16.

[illegible]